

BRANDÃO, Silviano

*dep. geral MG 1881-1884; pres. MG 1898-1902.

Francisco Silviano de Almeida Brandão nasceu no município de Santana do Sapucaí, atual Silvianópolis (MG), em 8 de setembro de 1848, filho de José Claro de Almeida e de Ana Isabel Bueno Brandão. Seu pai era agricultor.

Estudou humanidades no Seminário Episcopal e fez o curso preparatório no anexo da Faculdade de Direito de São Paulo. Formou-se pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro em 1875. Quando da formatura, transferiu-se para Ouro Fino (MG), onde clinicou por cerca de um ano até se mudar para Pouso Alegre (MG) em 1876.

Em Pouso Alegre foi atuante na defesa dos ideais republicanos, participando da fundação do Clube Republicano em 1877. Ingressou na atividade política sendo eleito pelo Partido Liberal deputado à Assembleia Provincial para a legislatura 1880-1881. Durante o mandato, defendeu a autonomia dos municípios e a criação de novas unidades administrativas nas regiões fronteiriças de Minas, como estratégia para garantir o fortalecimento político e econômico da província e minar conflitos com províncias vizinhas. Dessa iniciativa surgiram as cidades de Ouro Fino, Jacuí e São João Nepomuceno, e a comarca de Manhuaçu.

Em 1881 foi eleito deputado geral por Minas Gerais. Defendeu a criação da estrada de ferro Sapucaí e foi simpático às idéias abolicionistas que fermentavam naquele momento. No apoio ao projeto que defendia a libertação aos sexagenários, despertou uma acentuada reação conservadora, o que o impediu de ser reeleito. Deixou assim a Câmara dos Deputados em 1884. Foi novamente eleito em 1889, mas não chegou a assumir o mandato em decorrência da proclamação da República.

Na República, foi eleito senador para o Congresso Constituinte mineiro, com mandato de 1891 a 1895. Foi redator da primeira Lei de Organização Municipal (Lei nº 2, de 14 de setembro de 1891) e autor da lei que alterou a denominação dos governantes mineiros de governador para presidente de estado. Em 1892 renunciou ao mandato ao ser convidado

pelo então presidente estadual Afonso Pena (1892-1894) para assumir a Secretaria do Interior e Justiça. Nesse mesmo ano foi um dos fundadores da Faculdade Livre de Direito de Minas Gerais e o primeiro ocupante da cátedra de medicina legal, à qual renunciou em 1895.

Após recusar ser candidato à sucessão de Afonso Pena, voltou a ser eleito senador estadual em 1895. Foi presidente do Senado mineiro, mas em 1898 renunciou ao mandato por ter sido eleito presidente do estado de Minas para o período de 7 de março de 1898 a 7 de setembro de 1902, sucedendo a Bias Fortes. À frente do governo mineiro buscou medidas para reequilibrar a economia estadual, abalada pela crise financeira no setor cafeeiro em fins do século XIX, decorrente das desestabilizações internacionais. Para tanto, executou um programa de contenção de gastos públicos, racionalização do sistema tributário e investimentos maciços na atividade agrícola. Entre outras medidas, implantou o imposto territorial em substituição ao imposto de exportação (Decreto nº 1.495, de 4 de maio de 1901), com o qual conseguiu aumentar os recursos destinados à economia rural, e estabeleceu várias colônias agrícolas. Alcançou seus propósitos, apresentando ao final de 1902 um quadro de estabilidade de dividendos e aumento da confiança no crédito do estado.

Enquanto foi presidente de Minas, o presidente da República foi o paulista Campos Sales. E foi Campos Sales quem organizou a chamada “política dos governadores”, que consistia num acordo entre a presidência da República e as oligarquias estaduais com o intuito de fortalecer e estabilizar o regime republicano. Como presidente do estado que detinha a maior bancada na Câmara, deu total apoio a Campos Sales, para transformar o processo de reconhecimento dos resultados eleitorais. Por contar com a maior bancada, o apoio de Minas era fundamental para a manutenção do equilíbrio de forças buscado e estabelecido com tal política.

Ao deixar o governo mineiro, onde foi substituído por Joaquim Cândido da Costa Sena em 21 de fevereiro de 1902, elegeu-se vice-presidente da República na chapa encabeçada pelo paulista Rodrigues Alves. No entanto, não chegou a tomar posse, pois faleceu em 25 de

setembro de 1902. Seu lugar foi ocupado por Afonso Pena.

Foi casado com Maria Isabel de Paiva Brandão em primeiras núpcias e, no segundo matrimônio, com Ester Cândido de Paiva Bueno Brandão. Ambas eram suas primas e irmãs de Júlio Bueno Brandão, que também fez carreira política em Minas. Atuaram na política seus filhos Francisco Lafayette Silviano Brandão e Benjamim Franklin Silviano Brandão.

Publicou as obras *Diagnóstico diferencial*, sua tese de doutoramento, e *Negócios de Minas*, coletânea de discursos.

Vanessa Lana

FONTES: GOV. MG. Disponível em:

<<http://www.mg.gov.br/governomg/comunidade/governomg/galeria-de-governadores/francisco-silviano-de-almeida-brandao/5794>>. Acesso em: 25/5/2010;

MONTEIRO, N. *Dicionário bibliográfico*.